



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

## CONTRIBUTOS PARA A ANÁLISE DE UM MOVIMENTO SOCIAL INEXISTENTE: A Representação Social do Feminismo

Lígia Amâncio \*

### Resumo

Embora a sociedade portuguesa não tenha a experiência histórica do feminismo, nos termos e dimensão que este movimento assumiu noutros países ocidentais, nas décadas de 60 e 70, o discurso do senso comum veicula “saberes” e “experiências” sobre o feminismo que são raramente isentos de juízos valorativos.

O estudo que pretendemos apresentar nesta comunicação procurou precisamente apreender as principais dimensões da representação social do feminismo, numa população de estudantes universitários, através dos universos semânticos suscitados pelos estímulos “feminismo” e “pessoa feminista”.

A hipótese central do nosso estudo era a de que o feminismo e os seus actores são representados de forma concretamente confinada à categoria das mulheres, o que significa que esta representação se ancora sobretudo na especificidade da categoria feminina que caracteriza o sistema de representação dos géneros, e não no sistema representacional, mais abstracto, dos direitos humanos.

### Agradecimentos

Várias pessoas contribuíram para esta investigação, enriquecendo o procedimento, o quadro teórico e a interpretação dos resultados com as suas sugestões e comentários, ou participando na recolha dos dados. Aqui ficam, portanto, os meus agradecimentos ao(à)s colegas José Marques, Correia Jesuíno, Maria das Dores Guerreiro, Miguel Vale de Almeida, Paula Castro e Isabel Correia.

### Introdução

Este estudo partiu da observação da existência de um discurso sobre o feminismo e a(s) feminista(s) na sociedade portuguesa que envolve esta categoria de um significado fortemente negativo. De facto, é frequente ouvir as mulheres afirmarem “eu não sou feminista”, ou então, quando a sua argumentação aponta claramente para a defesa dos direitos das mulheres ou para a crítica ao sexismo, procurarem distanciar-se da categoria feminista através de afirmações do tipo “eu não sou como aquelas feministas que..., mas”, como se esta distanciação fosse uma condição necessária para reter a atenção do/a interlocutor/a.

No entanto, este discurso coexiste, no quotidiano, com a prática e o usufruto de direitos e normas que resultaram do movimento feminista noutras sociedades (Ferreira, 1990), assim como com o papel mais activo do estado, do que da própria sociedade civil, na institucionalização dessas práticas e normas (Ferreira, 1995). De facto, discursos e práticas reproduzem-se no quotidiano, de forma mais ou menos automática, sem qualquer esforço de reflexividade. Esta discrepância entre o discurso e as práticas, entre a mudança vinda “de cima” e a que resulta de processos de tomada de consciência ao nível da sociedade civil contribuem, sem dúvida, para a peculiar situação portuguesa — um país com um quadro legislativo avançado, apresentado, por vezes, como modelar, mas onde se convive com graves atentados aos direitos d(o)as cidadã(o)s — ou seja, uma sociedade onde se verifica frequentemente uma descoincidência entre o quadro legal e o reconhecimento social da legitimidade da lei.

Mas o discurso anti feminista não é específico da sociedade portuguesa. Susan Faludi (1991) mostrou os contornos que ele assumiu na sociedade americana, a partir dos anos 80, assim como as consequências terríveis de que se revestiu, em alguns casos, sob a protecção do poder político dominante dessa época. E como diz Mary Evans (1994), para o caso da Grã-Bretanha, um dos chavões mais repetidos pelos meios de comunicação social é o de que nos encontramos num período pós-feminista, no sentido em que o feminismo passou de moda e já não é do nosso tempo (com o argumento de que a igualdade está juridicamente consagrada).

Na verdade, aquilo que distingue a sociedade portuguesa das outras sociedades ocidentais, relativamente a esta questão, não é a abertura actual ao discurso do *backlash*, que a comunicação social trata de divulgar e tornar familiar para toda a gente. Pelo contrário, o que é específico da sociedade portuguesa é a falta de experiência histórica do próprio feminismo, que faz com que o discurso anti feminista se torne facilmente hegemónico (Moscovici, 1988). É que nos países que viveram a experiência histórica do feminismo existem figuras públicas, assim como grupos ou associações assumidamente feministas, o feminismo é objecto de debate, nas suas vertentes política, ética e científica, é um tema presente nos programas escolares, e constitui um objecto de investigação nas universidades. Nestes contextos, o esforço de hegemonização do discurso anti feminista, por parte de certos sectores sociais, pode, portanto, ser contrariado pelo esforço de outros sectores sociais para o tornar polémico (Moscovici, 1988), ao contrário do que acontece em Portugal.

Por outro lado, se a participação social e política é uma realidade recente na sociedade portuguesa, a participação política das mulheres é ainda mais recente (Bettencourt e Silva Pereira 1995), constituindo excepções as jovens que têm, nas suas mães, modelos de activistas políticas (Kelly e Boutilier, 1978). No entanto, esta experiência revela-se extremamente importante para contrariar a influência que o ideal de feminilidade exerce sobre as mulheres, orientando-as para a identificação com a esfera privada e conseqüente alienação da esfera política.

Ora, as imagens das feministas que são veiculadas pela imprensa apresentam-nas invariavelmente como seres estranhos, estranhos sobretudo à feminilidade. Esta foi uma estratégia consistentemente utilizada para retirar legitimidade a qualquer expressão colectiva de feminismo ao longo da história deste movimento. Já no século passado as sufragistas eram caricaturadas pela imprensa americana de calça, casaco, chapéu alto e a fumar charuto (Bem, 1993). A segunda vaga do movimento foi também acompanhada por imagens fortemente negativas das feministas — mulheres frustradas, infelizes, não realizadas como esposas e mães, excessivas e agressivas — imagens que acentuavam a psicologização do movimento (Williams e Giles, 1978). A sua dimensão colectiva e carácter emancipatório eram assim postos em causa, na medida em que o movimento era associado aos problemas psicológicos de algumas mulheres.

Esta estratégia, que opera uma clivagem entre as feministas e as outras mulheres ("normais") ancora nas representações do género e instrumentaliza-as de forma particularmente eficaz. De facto, a assimetria que caracteriza as representações do género reside, entre outros aspectos, no carácter específico da feminilidade, cujos significados só têm sentido numa função e num espaço social claramente delimitados. A ultrapassagem das fronteiras, estabelecidas para a feminilidade pela representação dominante torna-se, assim, socialmente desviante, através da emergência de processos de censura social que excluem as mulheres que assumem esses comportamentos; quando, por outro lado, tais movimentos envolvem muitos indiví-duos, a criação de subcategorias, mais ou menos desviantes da categoria central, é o processo sociocognitivo através do qual o pensamento comum preserva o significado da representação dominante, salvaguardando a sua função referencial. A feminista- é um exemplo de uma subcategoria particularmente desviante, enquanto que a mulher trabalhadora constitui o exemplo de uma subcategoria que, tendo já perdido a conotação mais negativa, não deixa de ser uma subcategoria.

É neste quadro que definimos as hipóteses que orientaram o estudo que apresentamos a seguir.

Em primeiro lugar, a de que a imagem da feminista se impõe à própria representação do feminismo, já de si frágil, no contexto de uma sociedade que, como referimos atrás, não possui factores facilitadores do desenvolvimento de uma consciência anti-sexista, o que se traduzirá, portanto, num discurso qualificativo e concreto, mais do que num discurso conceptual ou abstracto. No entanto, esperávamos também que a associação do feminismo à questão dos direitos humanos, na medida em que esta evoca uma categoria supra-ordenada e se reporta a valores, mais do que a interesses, contribuísse para tornar o discurso mais abstracto.

## Método

Este estudo foi efectuado junto de uma população de 170 estudantes universitários de Lisboa. O quadro 1 apresenta a distribuição dos efectivos por sexo, curso e idade.

### Quadro 1

**Características e distribuição da população**

	Curso			Total
	Gestão	Economia	Sociologia	
Homens	37	16	15	68
Mulheres	48	17	36	101
Total	85	33	51	169 *
Idades	18-23	18-22	18-25	—
Média	19.5	18.6	19.5	19.2

\* verificou-se uma não-resposta

**Procedimento**

Os dados foram recolhidos através da associação livre de palavras aos estímulos “pessoa feminista” (“Quando pensa numa Pessoa Feminista o que lhe vem à ideia ?”) e “feminismo” (“Quando pensa em Feminismo o que lhe vem à ideia ?”). Metade da população começou por responder ao primeiro estímulo e a outra metade começou por responder ao segundo, de forma a controlar o efeito da ordem dos estímulos.

Através das instruções fornecidas foi introduzida uma manipulação experimental que consistiu em dizer a metade da população que “o questionário se destinava a uma investigação sobre movimentos sociais que está a ser efectuada por uma organização de *defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres*, enquanto que à outra metade da população se dizia que “o questionário se destinava a uma investigação sobre movimentos sociais que está a ser efectuada por uma organização de *defesa dos direitos humanos*.”

Para o tratamento dos dados recorreremos à análise factorial de correspondências para texto do programa SPAD.T.

**Resultados**

Começando pela análise das associações à “pessoa feminista”, verifica-se que o vocabulário (total=1007 palavras) é relativamente variado, uma vez que o índice de homogeneidade é de .05 (o índice de homogeneidade é igual ao número de palavras diferentes sobre o conjunto das ocorrências e varia entre 0, homogeneidade mínima, e 1, homogeneidade máxima). Este índice não se alterou quando retivemos as palavras com frequência superior a 7 (24 palavras diferentes para um total de 421 palavras retidas-) ou apenas as de frequência superior a 9 (20/387). Uma vez que as soluções factoriais não se alteraram com a mudança de critério de retenção, optámos pelas ocorrências com frequência superior a 7, apenas pela maior facilidade de interpretação dos eixos factoriais. A primeira análise factorial de correspondências foi efectuada apenas sobre o vocabulário, sem considerar os grupos, a fim de identificar as dimensões mais salientes no conjunto da população. Os 3 factores obtidos, que explicam 20.5% da variância total (7.1 no 1º factor, 6.7 no 2º e 6.6 no 3º) apresentam configurações semelhantes no que diz respeito aos universos semânticos que os definem. Assim, o primeiro factor opõe as palavras “pró-igualdade (a favor da igualdade), “revolucionária”, “defensora” (da igualdade de direitos) e “mulher” às palavras “extremista” e “radical”, enquanto que o segundo factor opõe “defende os direitos da mulher” a “persistente”, “forte” e “determinada”. Finalmente, o terceiro factor opõe “reivindicativa” e “inteligente” a “autoritária”. Os dois primeiros factores parecem opor uma definição da pessoa feminista baseada na sua orientação comportamental, ou na prossecução de objectivos, a uma definição baseada em traços psicológicos, que se poderia designar por “o que faz” a pessoa feminista *versus* “o que é”, enquanto que o último factor opõe apenas dois perfis psicológicos, embora a palavra reivindicativa tanto possa ser considerada um atributo como uma finalidade.

Embora tivéssemos tomado a precaução de pedir aos estudantes que pensassem na pessoa feminista, e não *numa /nas* feminista(s), os resultados mostram claramente uma forte relação de significado entre a pessoa feminista e a categoria mulher. Não só porque esta categoria surge logo no primeiro factor, como porque todas as palavras do vocabulário retido são do género feminino. No entanto, se considerarmos o significado dos atributos que definem o perfil psicológico da feminista apenas encontramos atributos masculinos (forte, determinada, autoritária) ou andróginos como inteligente e persistente. A feminista é, assim, uma figura estranha à sua própria categoria, para além de se situar na marginalidade da ordem social, como parecem indicar os atributos extremista, radical e revolucionária.

Num segundo momento efectuámos uma outra análise para identificar a contribuição dos grupos para estas dimensões e o seu posicionamento relativo. Obtivemos 3 factores que explicam 91.7%

da variância (50% no 1º, 25.1% no 2º e 16.6% no 3º). O primeiro factor é definido pela oposição entre os estudantes de sociologia e os de gestão e entre as palavras “defende os direitos da mulher”, “exagerada”, “moderna” e “pró-igualdade (a favor da igualdade)”, e as palavras “autoritária”, “convicta” e “inconformada”. Em ambos os universos semânticos persistem qualificativos negativos que se distinguem, no entanto, pelo peso da masculinização e da acentuação da ruptura com o papel tradicional — inconformada e autoritária — no universo semântico dos estudantes de gestão e pela acentuação do comportamento desviante — exagerada — por parte dos estudantes de sociologia. No segundo factor, os estudantes de economia e as mulheres opõem-se aos outros grupos, em particular ao dos estudantes de gestão, através das palavras “persistente”, “inovadora”, “activa” e “mulher” *versus* “revolucionária”, “extremista” e “emancipada”. Finalmente, no terceiro factor, opõem-se claramente as condições de resposta manipuladas nas instruções: quando a resposta se faz supostamente a pedido de uma organização de defesa dos direitos humanos o vocabulário caracteriza-se mais por orientações finalistas, como “defensora” (da igualdade de direitos), “defende os direitos da mulher”, “reivindicativa” e “inovadora”, embora não prescindam de qualificativos como “idealista”, enquanto que se a resposta se faz supostamente a pedido de uma organização de defesa da igualdade de direitos entre os sexos, o vocabulário concretiza-se, configurando um perfil psicológico masculino e negativo (“forte”, “inteligente”, “determinada” e “radical”). De salientar que o grupo das mulheres contribui de modo muito semelhante para os factores 2 e 3 (embora esteja melhor representado no factor 2), o que mostra que as mulheres oscilam entre uma definição “neutra” — no plano dos significados de género — da pessoa feminista e uma outra nitidamente masculina. Por outro lado, o facto de nenhuma das análises revelar uma oposição entre os sexos é um indicador de que há um campo de significados associados à pessoa feminista que é partilhado por homens e mulheres. No que diz respeito às associações do “feminismo” o vocabulário é mais restrito (total=931 palavras), tendo-se verificado que o índice de homogeneidade era sensível à mudança do critério das frequências de retenção. Enquanto que o vocabulário com frequência superior a 6 apresentava um índice de homogeneidade de 0,05 (21/385), a mudança para a frequência superior a 9 reduziu aquele índice para 0,04, assim como se reduziu o número de palavras diferentes para 14 (14/333 palavras retidas). Uma vez que as soluções factoriais não se alteraram como a redução do número de palavras diferentes, optámos pelo universo de palavras com frequência superior a 9. A primeira análise do vocabulário, sem considerar os grupos, apresenta também 3 factores que explicam 33.05% da variância (11.5% no 1º, 11.11% no 2º e 10.42% no 3º). Tal como acontecera nos resultados anteriores o vocabulário é caracterizado por palavras com forte conotação valorativa, que exprimem sobretudo juízos. Assim, o primeiro factor opõe “mudança” a “exagero”, “ideal” e “extremismo”, enquanto que o segundo factor opõe “movimento” e “extremismo” a “radicalismo” e “mudança”. Finalmente, é no terceiro factor que encontramos um vocabulário mais descritivo, uma vez que ele opõe “libertação” (com fraca representação) a “discriminação”, “mulheres” e, com menor representação, “luta”. Se considerarmos agora a contribuição dos grupos para estas dimensões e o seu posicionamento relativo, a análise efectuada com essa finalidade revelou 3 factores que explicam 96% da variância (47.5% no 1º factor, 34.5% no 2º e 14% no 3º). O primeiro factor opõe os estudantes de gestão e as palavras “mudança” e “independência” aos de economia e às mulheres com as palavras “discriminação” e “radicalismo” com menor representação, enquanto que o segundo factor opõe os estudantes de sociologia, com as palavras “exagero”, “mulheres” e “emancipação” com menor representação, de novo às mulheres e às palavras “independência” e “radicalismo”. Finalmente, tal como acontecera na análise das associações à pessoa feminista, o terceiro factor opõe as condições de resposta, mas, neste caso, as palavras suscitadas pela resposta a uma organização de defesa dos direitos humanos, “mulheres” e “extremismo”, são mais concretas do que as suscitadas por uma organização de defesa da igualdade entre os sexos: “igualdade”, “libertação” e “exagero”. Mais uma vez se verifica que não existe nenhuma dimensão que oponha claramente os dois sexos e que as mulheres recorrem a mais de uma dimensão para definir o feminismo.

## Discussão

Estes resultados mostram que a representação do feminismo está fortemente dependente da imagem da pessoa feminista. Os termos avaliativos e qualificativos dominam claramente o vocabulário associado aos dois estímulos e a descentração da imagem da feminista revela-se difícil. Assim, a descrição do feminismo fica reduzida a alguns termos amplamente divulgados pelo discurso político formal, como a discriminação e a igualdade.

Por outro lado, a imagem da feminista encontra-se totalmente armadilhada pelas representações do género, uma vez que a ancoragem possível no quadro da assimetria que as caracteriza só permite duas alternativas: a mulher-masculina, que se torna detestável como qualquer (má) imitação do

produto original, e a mulher-não feminina que é uma aberração da natureza. Esta visão fantasmática da feminista lembra-nos o debate sobre o acesso das mulheres à educação que acompanhou a emergência da modernidade e que, como mostrou Teresa Joaquim (1995), era atravessado pela representação da feminilidade como um universo de excessos: excesso de instintos, excesso de sentimentos, excesso de corpo, excesso de fragilidade...

Numa sociedade sem experiência histórica do feminismo a imagem diabólica, patológica e estranha da feminista funciona como um poderoso filtro da consciência anti-sexista, que não tem paralelo com a consciência de classe ou de etnicidade, como mostra a evolução que se verificou em Portugal a partir de 1974, marcada, inicialmente, pela luta de classes e, mais recentemente, pela emergência de movimentos anti-racistas e de defesa dos direitos humanos. O feminismo permanece, no entanto, à margem destes movimentos e, como indicam os resultados deste estudo, particularmente à margem do discurso dos direitos humanos, uma vez que a incorporação do conceito de igualdade se limita a reproduzir a consagração formal e institucional desse direito.

Dir-se-ia, portanto, que o principal obstáculo à legitimidade do feminismo, ou da consciência anti-sexista, que constitui a sua base mais elementar, reside numa representação hegemónica negativa da feminista. Assim se compreende que, neste estudo, o discurso das mulheres sobre o feminismo e a pessoa feminista oscilasse entre mais de uma dimensão, talvez na procura daquela que é sentida como menos estigmatizante, hesitação que também se verifica no discurso quotidiano das mulheres. A hegemonia do modelo dominante de feminilidade, que as mulheres integram de forma não-reflexiva na sua subjectividade e o facto de não existirem, na sociedade portuguesa, personagens feministas que possam servir de modelo de referência (Nicolson, 1995) ou invalidar, nas interações, a representação fantasmática da feminista, são factores que dificultam, sem dúvida, a desconstrução desta representação.

Em resumo, estes resultados mostram que a mudança dos significados associados à "feminista" está necessariamente dependente de uma mudança nos significados associados ao masculino e ao feminino. A história do movimento feminista mostra, no entanto, que este universo simbólico nunca foi claramente questionado (Mitchell, 1986).

## Referências Bibliográficas

- Bem, S. (1993) *The Lenses of Gender*, Nova Iorque, Yale University Press
- Bettencourt, A. M. e Silva Pereira, M. (1995) (Coordenadoras) *Mulheres Políticas: As suas causas*, Lisboa, Quetzal Editores
- Evans, M. (1994) *The Politics of Feminism*. In M. Evans (org.) *The Woman Question*. Second Edition, Londres, Sage
- Faludi, S. (1991) *Backlash. The Undeclared War Against Women*, Nova Iorque, Crown Publishers
- Ferreira, V. (1990) O Feminismo na Pós-Modernidade. *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século. Actas do I Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Fragmentos, vol. 1, pp.179-89
- Ferreira, V. (1995) *Portugal. Um Feminismo Difícil*, Comunicação apresentada no Colóquio sobre Sexismo e Feminismo, Curia
- Joaquim, T. (1995) *Menina e Moça. A Construção Social da Feminilidade nos séculos XVII-XIX*. Tese de Doutoramento em Antropologia Económica, ISCTE
- Kelly, R. M. e Boutilier, M. A. (1978) Mothers, daughters and the socialization of political women, *Sex Roles*, 1, 3, 415-443
- Mitchell, J. (1986) Reflections on twenty years of feminism. In Juliet Mitchell e Ann Oakley (orgs.) *What is Feminism?*, Oxford, Blackwell
- Moscovici, S. (1988) Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250
- Nicolson, P. (1995) Preparing Women's Way: Women's Experience of Working in Academia and Medicine. In Lígia Amâncio e Conceição Nogueira, (orgs.) *Gender, Management and Science*, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia

---

\*

- Secção Autónoma de Psicologia Social e das Organizações do ISCTE.